

IV Seminário de Pesquisa Interdisciplinar

“Democracia e Informação como ferramenta de inclusão e gestão: um debate interdisciplinar.”

Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 21, 22 e 23 de Maio de 2012.

O IMPERIALISMO NA ÁFRICA: UMA ANÁLISE TEÓRICA E EMPÍRICA.¹

Waldeir Eustáquio dos Santos²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estudar o imperialismo econômico e suas conseqüências para o continente africano, em especial será avaliado o caso da Republica Democrática do Congo. Para realizar o estudo foi utilizada a comparação entre as teorias marxistas através do pensamento de Lenin e a teoria imperialista através do pensamento de Morgenthau. O estudo de caso foi o país do Congo, antigo Congo Belga. Através de pesquisa bibliográfica foi possível observar os resultados perversos do movimento imperialista no país que foi possessão pessoal de um rei Belga. O artigo tende a mostrar quão violenta foi a forma de dominação e que tanto em sua vertente marxista, quanto na realista o imperialismo no Congo foi um fato consumado.

ABSTRACT

This article has object study the economic imperialism and their consequences to African continent. In special will analyses the case of Democratic Republic of the Congo (DRC). To realize the study was utilized the confrontation with theorys Marxists and imperialists. The study of case was the DRC. Through of bibliographyc research was possible watch the feral effect of imperialist movement in the country. The article will display that in the vision imperialist and the vision Marxist the imperialism in DRC was consummated fact.

PALAVRAS CHAVES

Imperialismo; RD Congo; Marxismo; Realismo.

1 – Trabalho apresentado ao GT 03 – Relações Internacionais

2 – Mestrando em Relações Internacionais da PUC MINAS

KEYWORDS

Imperialism; DR Congo; Marxism and Realism

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo debater teoricamente e empiricamente a questão do imperialismo e suas conseqüências na África Subsaariana. Apesar das críticas que a teoria imperialista recebe, principalmente dos adeptos à teoria realista em relações internacionais, e de ser considerada defasada nas Relações Internacionais (RI), essa tese serviu e ainda serve como uma das portas de entrada do marxismo em RI. O artigo se propõe a verificar se há convergência, ou apenas divergências, nas teorias marxistas e realistas.

Para orientar a linha teórica desse trabalho serão necessárias as interpretações de dois autores clássicos, um das relações internacionais - Hans Morgenthau - e outro expoente marxista da economia política internacional, Vladimir Lenin. Nesse artigo as duas linhas teóricas serão confrontadas, conforme mencionado, assim o debate ocorrerá em torno da compreensão de imperialismo para as duas correntes. O caso emblemático do Congo Belga, na África, será objeto do estudo de caso desse artigo. Portanto, o movimento empírico do texto será a aplicação das teorias ao caso do país africano do final do século XIX e início do século XX.

A disciplina de Relações Internacionais surge oficialmente no início do século XX, principalmente na academia norte-americana. Nesse momento histórico o centro mundial do capitalismo deixava de ser a Inglaterra e se transferia para os EUA (Estados Unidos da América). E os demais países da Europa buscavam ampliar suas influências econômicas e políticas em um momento de decadência européia. Isso pode explicar parte da grande corrida para o continente africano.

Interessante e inquietante é observar que o realismo não debate o capitalismo em seus estudos. O realismo apresenta como categoria elementar, ou uma delas, a busca pelo poder. Mas, o que se faz com esse poder? Para que serve? Extrapolando a definição clássica de que o poder realista serve para garantir a sobrevivência, entendendo nesse artigo que a busca de poder auxilia também no fortalecimento das pautas econômicas do país interessado. Questionável é que alguns dos autores clássicos mais importantes do realismo, Kenneth Waltz e Hans Morgenthau, por exemplo, dedicam partes de suas obras, Teoria das Relações Internacionais e Política entre as Nações, respectivamente, à crítica da teoria imperialista na visão leninista.

1 - A VISÃO REALISTA DE MORGENTHAU

Para o realismo clássico de Morgenthau, o imperialismo acontece apenas quando um Estado tem poderes políticos ou territoriais sobre o outro. Para seus autores o realismo é uma teoria que busca enxergar o mundo como ele é e não como deveria ser. Essa foi, segundo CARR 2001, a tônica do chamado “primeiro debate” em RI: realista x idealistas (utópicos). Os realistas buscam fundamentar seu argumento em atores clássicos, como Hobbes, Maquiavel e Tucídides. Segundo Nogueira e Mesari 2005, para o realismo, o ser humano é fortemente influenciado por três sentimentos: medo da morte, prestígio ou poder e a ambição. O homem tem um desejo insaciável e isso o coloca em constante possibilidade de conflito.

Algumas das premissas principais do realismo é que o Estado é o ator central nas relações internacionais; que no cenário internacional a anarquia, ausência de autoridade, é fator preponderante e que justifica muitos conflitos. E ainda a auto-ajuda (*self-help*) é um princípio cardinal, pois nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sobrevivência, ou seja, garantir a paz interna e a segurança internacional. Com base no pensamento hobbesiano a anarquia, para o realismo, assemelha-se ao estado de natureza, assim a falta de um governo coloca os Estados em situação de desconfiança o que gera a guerra de todos contra todos.

Essa situação faz intensificar a busca por poder e sobrevivência nesse ambiente anárquico. Poder enquanto soma de capacidades e sempre em comparação aos demais Estados.

Hans Morgenthau contribui para a formulação da política internacional com debates sobre a paz, desarmamento, segurança, organização mundial e diplomacia. O autor discute o quanto a política interna de cada país pode interferir no cenário internacional. Outro ponto relevante no trabalho de Morgenthau é a discussão sobre o equilíbrio de poder: “aspiração de poder por parte de várias nações, em que cada país tenta manter ou alterar o status quo...” (MORGENTHAU, 2003 - p.321).

A política externa de um país pode levá-lo a invadir outro sem que isso se caracterize uma atitude imperialista. Deve ser analisada a natureza da ação estatal para que tal julgamento se proceda. Para Morgenthau, a expressão imperialismo, é usada de forma inadequada e equivocada, principalmente pelos marxistas e liberais. “Nem toda política externa voltada para um acréscimo no poder de uma nação constitui necessariamente uma manifestação de imperialismo.” (MORGENTHAU, 2003, P. 98).

Morgenthau argumenta que grupos econômicos e políticos, banqueiros e grandes indústrias, por exemplo, passaram a ser classificadas como imperialistas. Nesse ponto principalmente, entra a crítica à teoria marxista, pois, o imperialismo é exercido de outra maneira na visão do autor. A ação dos grandes bancos e das indústrias não é imperialista, pois, esses grupos não são geralmente estatais e isso levou ao descrédito do significado real da palavra imperialismo. Morgenthau acredita que o cientista político deve retornar ao sentido original da expressão. Essa análise precisa ser realizada sem paixões, evitar o senso comum, para fazer valer o seu sentido nas relações internacionais e nas ciências políticas, em geral.

São três os equívocos populares levantados pelo texto de Morgenthau: a) nem toda política externa voltada para acréscimo de poder de uma nação sobre outra é precisamente imperialista; b) não é imperialista a política externa que vise à manutenção de império existente; c) as teorias econômicas do imperialismo são equivocadas e não explicam a realidade das RI. Assim considera-se imperialismo, uma política que visa à demolição do que está posto, a mudança do “status quo”. É

preciso a destruição e a renovação das estruturas de poder. Uma política de expansão territorial não pode ser vista como imperialista, ou como desejo de conquista mundial uma vez que essa atitude não promove mudanças sistêmicas.

Morgenthau afirma que toda a argumentação marxista sobre imperialismo repousa na ideia de que os problemas políticos são conseqüências naturais das questões econômicas, portanto, o imperialismo, para os marxistas, seria fruto do capitalismo. Para o realismo o imperialismo só pode ser causado por dominação política. A crítica de Morgenthau ao imperialismo econômico consiste na limitação de sua argumentação e segundo o autor são raros os fatos que a comprovam. Apenas duas guerras poderiam servir de comprovação do imperialismo econômico: a guerra do Chaco, de 1932 a 1935, entre Paraguai e Bolívia, e a guerra dos Boêres de 1899 a 1902. A primeira motivada por objetivos petrolíferos e a segunda pela extração do ouro.

O imperialismo está ancorado em questões territoriais e políticas, não em fatores econômicos. Deseja retirar o poder do Estado e transferi-lo. “O que querem o imperialista pré-capitalista, o imperialista capitalista e o capitalista “imperialista” é o poder, e não o ganho econômico.” (MORGENTHAU, 2003 – P. 108). As características históricas apontam para o primado da política sobre a economia. Os capitalistas não patrocinavam as políticas imperialistas. Os capitalistas, na visão morgenthaliana, são contrários às políticas externas que objetivassem o imperialismo.

O autor afirma ainda, que os capitalistas, são contrários à guerra, pois, o conflito não compensa e que os Estados são os responsáveis pela declaração de guerra e não os capitalistas. Só foi possível um corpo de teorias econômicas dominarem o cenário mundial por uma distorção conceitual, segundo o realismo. A confusão criada entre as categorias de análise econômicas e as de análise políticas são os motivos dessa falsa conceituação.

No caso de guerra é bem provável que a nação vitoriosa queira submeter o país derrotado a um sistema imperial. Com essa política busca-se alterar a situação dada. Uma política que busca a paz, mas, tem exigências e impõe características do lado vitorioso deve ser considerada imperialista. Também é possível que o

derrotado, em um determinado conflito, após sua estabilização queira reverter a situação. Pode reestruturar suas forças econômicas, seu governo, o exército e exigir ou lutar pela mudança do “status quo” e até se tornar um imperialista, caso consiga derrotar seu antigo vencedor.

O imperialismo pode se utilizar de três metodologias: militarismo, econômico e cultural. O autor retoma a discussão ao reafirmar a não existência do imperialismo com interesses econômicos. O poder é o centro, é o objetivo das nações.

“Na realidade, o imperialismo militar busca a conquista militar; o imperialismo econômico, a exploração econômica de outros povos; o imperialismo cultural, o deslocamento de uma cultura por outra – mas sempre como um meio de atingir o mesmo fim imperialista” (MORGENTHAU, 2003 – P. 120)

A principal forma de dominação é a militar, utilizada para expansão dos grandes impérios. Esse meio de dominação só poderá ser alterado através de outra atividade ou imposição militar. A dominação em termos econômicos é bem mais sutil que a militar, tem como objetivo subjugar economicamente um país à seu dominador, não é exercida necessariamente com a invasão territorial, nem militar. Ela pode ser implantada através da moeda ou de commodities.

O autor acredita que o modo mais brando do imperialismo é o cultural. Essa dominação não se efetiva sem o apoio da estratégia militar ou econômica. Sua principal característica de atuação é ideológica, o que determina seu fracasso ou seu sucesso, contudo, pode ser importante em um processo de dominação. Se bem empregada a política de dominação cultural poderia ser utilizada sozinha. Por outro lado, se no método econômico ou militar ela não for empregada, se o país imperialista não dominar a mente e o coração do povo conquistado, está fadado ao fracasso em sua empreitada.

2 - O IMPERIALISMO EM LENIN

Para Marx (2007), o primeiro ato do homem, ser social acontece no trabalho, deixando o ser natural, transformando-se, realizando-se. Para se concretizar ele

precisa realizar uma interação com a natureza, transformando-a. A isso Marx denomina trabalho. Para a realização do trabalho o homem precisa de ferramentas, pois, não é possível uma transformação direta dos elementos da natureza. O homem ser social deve idealizar seu trabalho e executá-lo, pois, não basta ficar no campo das ideias. Essa experiência será reproduzida e repassada a outros homens, pois, não existe trabalho sem o coletivo. Assim o homem se reproduz e se constrói.

Para o pensamento clássico marxista as relações sociais se dão na luta entre classes. A dicotomia capital/trabalho é manifestada na relação entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho. Conseqüentemente tem-se uma questão histórica instalada entre a burguesia e os trabalhadores, numa relação permeada por crises e conflitos que ocorrem na arena interna, nacional.

Conforme Halliday (1999), o conceito constitutivo de sociedade em Marx está atrelado diretamente ao processo produtivo, material e socialmente distribuído. Para sua manutenção a classe dominante utiliza-se de ideologias, conjunto de ideias e valores sobre o que é desejável para obter êxito nas decisões sociais e políticas. Na visão marxista a relação capital x trabalho é marcado por dominação e em alguns casos exploração do proletariado por parte dos capitalistas. Para a teoria leninista o imperialismo é a transposição da dominação de classes para o cenário internacional, através da relação entre países, representados por suas burguesias e principalmente entre as empresas transnacionais.

O capitalismo é hoje fruto de várias mutações econômicas e sociais que ocorreram no decorrer da história e ainda acontecem. Com o grande avanço desenvolvido pela burguesia o capitalismo ganha caráter mundial através do mercantilismo. Já na segunda metade do século XVIII, o capitalismo vive outro momento marcante de sua evolução, foi o chamado capitalismo concorrencial.

“Essa passagem a outro nível vincula-se diretamente a mudanças políticas (está a completar-se a revolução burguesa, com tomada do poder de Estado) e técnicas (vai irromper a Revolução Industrial); nesse estágio o capital – organizando a produção através da nascente grande indústria – dará curso ao processo que culminará na subsunção real do trabalho. (NETO E BRAZ, 2007 – p. 171)”

Lenin (1979) debate a crítica marxista à livre concorrência, que não é uma lei natural. Pode gerar concentração e posteriormente leva ao monopólio. Os

monopólios já eram realidades naquela época e ainda hoje exercem grande influência no mercado mundial. Naturalmente, através dos monopólios o capital avança para a modalidade dos cartéis e aí se constitui o “pior dos mundos”, para outras empresas e para a população em geral. Nesse período milhões de empresas pequenas são colocadas para fora do mercado e algumas poucas dezenas de grandes empresas controlam tudo. Um número reduzido de empresas abarcam vários ramos da indústria, alcançando alto nível de concentração.

Os monopólios surgem e desenvolvem capacidade de interferir nos rumos das economias nacionais. O capitalismo concorrencial infringiu aos pequenos empresários (capitalistas) uma derrota avassaladora. Desse momento em diante um grande número de empresas e empregados pertenciam a um restrito grupo de pessoas. As conseqüências são claras: falência das pequenas empresas, elevação no preço da matéria prima, diminuição dos preços de produtos manufaturados pelos monopólios. A força desse movimento é tão grande que as empresas criam seus próprios portos e até estradas de ferro e outro aspecto importante desse período é a entrada dos bancos no jogo financeiro.

As potências mundiais lideradas à época por Inglaterra iniciam uma intensa busca por matéria prima. Povos, que até aquele momento estavam isolados, foram invadidos e incorporados ao comércio, alguns casos a dominação foi pela força militar. Esses monopólios não se restringiam aos seus países e partiram em busca de novos mercados, dominando assim grande parte do globo. O papel dos bancos que antes era restrito a circulação de moeda, altera-se nessa fase do capitalismo passando a ser provedor de crédito. Os bancos como detentores das linhas de crédito iniciam a compra de ações das empresas monopolistas. Conseqüentemente os bancos se tornam empresas monopolistas.

A teoria do imperialismo não foi de Marx, mas, de estudiosos que aprofundaram seus escritos, como Lenin. O período que esses estudos foram realizados, data do início do século XX e vai até o imediato primeiro pós-guerra. As observações do autor russo foram feitas com base nos acontecimentos europeus. O terceiro estágio de desenvolvimento capitalista é o imperialismo. Na fusão do capital monopolista industrial com o capital bancário, surge o que é denominado de Capital

Financeiro. Aparece no final do século XIX, atravessa todo o século XX e entra no novo século. O Imperialismo é o capitalismo em sua forma monopolista e pode se expressar nos seguintes traços conforme Lênin:

- 1) Alta concentração da produção e do capital, que desempenham papel decisivo na economia;
- 2) Fusão do capital bancário com o capital industrial, a criação da oligarquia financeira;
- 3) A exportação de capitais adquire uma importância particularmente grande;
- 4) A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- 5) A partilha territorial do mundo entre as potências mais importantes.

No capitalismo concorrencial o mercado mundial adquire valor central. No imperialismo o mercado não perde sua importância, mas há uma mudança significativa, pois, sede lugar em termos de quantidade para a exportação de capital e de serviços. Na exportação de capital é possível perceber o capital financeiro em ação: os empréstimos concedidos pelos grandes bancos a governos ou outros empresários e a implantação das indústrias em outros países. “A estreita ligação entre a indústria e o mundo das finanças restringe a liberdade de movimentos das sociedades industriais que têm necessidade de capitais bancários.” (LENIN, 1979 – p.40).

A lógica da exportação de capitais exige que se tenha para onde exportar e esse papel é atribuído a uma periferia internacional. O destino do capital são as imensas colônias inglesas, francesas, por exemplo. Os empréstimos são condicionados ou entram na forma de IED (Investimento Externo Direto), assim o capital fecha o ciclo, pois, quem empresta vende para seus devedores. Para atuarem no mercado externo as empresas monopolistas fazem acordos especificando suas áreas de influência. Nas palavras de Lenin, partilham o mundo. A concorrência é mantida, mas, por determinado tempo uma empresa não invade o

território já dominado por outra grande. Esses acordos acontecem em vários setores como eletrônicos energia e petróleo, por exemplo.

Em sua maioria essas empresas têm seus interesses defendidos pelo Estado, nesse momento, ocorre a fusão da burguesia com o Governo. Essas empresas recebem o nome de multinacionais, numa forma de criar identidade dentro de outros países. O país de origem da grande empresa passa a exercer domínio, às vezes até territorial, sobre os países onde estão localizadas as novas instalações. A partilha do mundo ocorre devido à necessidade de expansão do capital financeiro. O início do esforço colonial de 1880 coincide com a luta do monopolismo capitalista, fato comprovado pela diplomacia das grandes potências e com suas formulações de política externa.

A partilha territorial se justificava: para evitar a guerra, pois os países capitalistas estavam com populações enormes; para abrir novos mercados; para a produção de alimentos e envio de suas populações. Um dos últimos espaços mundiais a ser partilhado no mundo foi o continente africano no início do século XX. Antes disso, no final do século XIX, as potências já guerreavam entre si pela partilha da África. A guerra na fase monopolista é uma das possíveis saídas para a resolução do impasse da divisão. Em 1914, como resposta às disputas entre os impérios constituídos e aqueles que também desejavam se tornar imperiais explode a Primeira Guerra Mundial.

Nos momentos de crise e nos tempos de pós-guerra, como em 1914, a indústria das armas serviu para reaquecer as economias. Assim, os investimentos que antes produziam lucros baixos, são transformados em grandes fontes de lucros pela indústria da guerra. A guerra se transforma em um excelente negócio para as empresas monopolistas. Negando assim o ponto de vista defendido pelos realistas de que os capitalistas não desejam a guerra.

Conforme discussões anteriores, o MPC (Modo de Produção Capitalista) provocou sempre uma divisão social do trabalho e posteriormente a divisão internacional do trabalho. Os espaços nacionais foram incorporados ao MPC recebendo dos monopólios uma atribuição específica. O mundo se divide em centro e periferia, assim uma empresa multinacional fabricante de carros, tem, por exemplo,

sua sede na Europa e toda linha de produção em países periféricos. Sabendo os capitalistas que nos países subdesenvolvidos a mão-de-obra e a matéria prima são desvalorizadas, optam por distribuir sua linha de produção para esses países.

Na fase monopolista, os preços são fixados acima do que é estabelecido pelo mercado. Os monopolistas se apropriam da mais-valia dos pequenos grupos a eles subordinados, os Estados cercam de favores e benefícios essas grandes empresas monopolistas como avaliado anteriormente, o poder político se realiza em benefício do capital. Os estudiosos marxistas dividem o imperialismo (capitalismo) em três fases: a) de 1890 a 1940 – a fase clássica; b) do pós-guerra até os anos 70 – os anos dourados; c) dos anos 70 até hoje – capitalismo contemporâneo. Essa caracterização não deve ser considerada rigorosamente, mas, serve para demonstrar que o imperialismo está presente.

3 – O IMPERIALISMO NA ÁFRICA: O CASO DO CONGO

O continente africano é em sua totalidade um fato emblemático da ocorrência do imperialismo. A África foi totalmente dividida em colônias européias, através de tratados, em alguns casos os colonizadores não conheciam o local. As divisões foram feitas por réguas e em praticamente todos os casos permanecem até os dias atuais. A colonização africana durou oficialmente cerca de 50 anos, segundo Wesseling (1998), a partilha se deu por disputas comerciais entre os países europeus. Depois dividiram o continente e iniciaram o processo de exploração, a partilha do continente começou pelo norte: Egito e Tunísia. A parte ocidental ainda não havia atraído a atenção das potências européias.

O nome Congo é originário de um antigo reino africano. De 1885 a 1908, a região recebeu o nome de Estado Independente do Congo, de 1908 a 1960, Congo Belga, pois se tornou possessão da Bélgica. Em 1960 se torna a República do Congo e em 1971 passa a ser chamado Zaire e por fim em 1997 recebe o nome de República Democrática do Congo (RDC). É o terceiro maior país em extensão da

África e tem uma população de aproximadamente 66 milhões de habitantes atualmente.

A região do Congo foi descoberta pelos europeus em meados de 1870. Localizado na África Central, hoje Região dos Lagos, com forte presença de floresta tropical e recursos naturais. Destacava-se pelo intenso tráfico de escravos, mas, também pela fertilidade do solo. Área de grande concentração populacional, aproximadamente 250 grupos étnicos distintos, que compartilhavam alguns traços culturais. A região possuía aproximadamente 30 milhões de habitantes antes da colonização.

E foi nessa região que ocorreu nas palavras de Wesseling (1998) uma das situações mais bizarras e trágicas da partilha da África. O Congo atraiu a atenção de ambiciosos construtores de império, como o Rei Leopoldo da Bélgica. Em 1885 o parlamento belga autorizaria o Rei Leopoldo como soberano de dois Estados independentes simultaneamente. A Bélgica, um dos menores países da Europa, conquistou um dos espaços mais ricos do continente africano. O Rei Leopoldo II criou o Estado Livre do Congo, que depois foi chamado de Congo Belga.

Em 1876 aconteceu a Conferência Geográfica de Bruxelas, pode-se dizer que nessa Conferência se deu o início da partilha do continente. Tinha caráter internacional e um dos seus “objetivos” seria a eliminação das rivalidades no continente. Outros dois objetivos eram lutar contra o tráfico negreiro e promover estudos científicos. Na verdade o Rei belga planejava através desse evento conhecer as possibilidades de explorar as terras africanas. O encontro foi um fracasso, mas, o Rei ficou conhecido por toda a Europa.

Também em 1876 foi criada a AIA (Associação Internacional Africana) um instrumento do Rei belga para programar seu desejo de explorar as terras africanas. O Congo funcionou como uma espécie de latifúndio que era 80 vezes maior que a Bélgica e foi dividido em três tipos de terras: as indígenas, as vacantes e as terras concedidas a terceiros. O início da dominação foi marcado pelo transporte de cargas e eram utilizados homens e mulheres para o serviço, podendo carregar até 40 kg por vez, sob a ameaça de chicotes e armas diversas caso a tarefa não fosse realizada.

Em 1884, outro evento importante, a Conferência de Berlim que debateu entre outros assuntos a questão da exploração do interior da África e a navegação nos principais rios. Mas foi nessa Conferência que o Rei Leopoldo conseguiu o território do Congo. Como essa reunião também foi fracassada a questão da interiorização passou a ser deliberada bilateralmente. Conforme Nzongola-Ntalaja (2004), a partilha não ocorreu no momento da Conferência, foram etapas que se iniciaram em 1876, conforme informado acima.

Em 1885 foi estabelecido o Estado Livre do Congo. Ocorreu a incorporação do Congo no sistema internacional sob o controle pessoal do Rei, uma possessão particular. Segundo Nzongola-Ntalaja (2004), o território adquirido por Leopoldo era aproximadamente 80 vezes maior que o original acertado nos acordos da Conferência. O rei se tornou dono de um território repleto de cobre, cobalto, diamante, com rico potencial hidroelétrico e vastas florestas. Das divisões realizadas no Congo as terras vacantes, já mencionadas, eram pertencentes ao rei e tinham maior extensão.

Entre os anos de 1887 e 1888 com o crescente comércio da borracha o país produziu bicicletas e componentes para veículos motorizados. O comércio mundial foi movimentado e o cultivo da borracha se intensificou no Congo. Terras indígenas foram evacuadas para a ampliação da plantação. Criou-se a ficção das terras vagas e grande parte do país ficou sob domínio do Estado o que foi denominado "*Crown domain*". Outro fator importante era que as terras do Congo foram utilizadas para a produção de alimentos que eram destinados à Europa.

As comunidades congolezas produziam alimentos para seu próprio consumo, portanto, não estavam acostumados à produção em larga escala. Foram forçados a se adaptar ao esquema. As terras vacantes foram utilizadas pelo rei para a plantação. Na produção da borracha os nativos trabalhavam e com seu esforço pagava ainda impostos devido à coroa. Deviam inclusive alcançar metas de produção, caso contrário, eram espancados, alguns fuzilados e outro podiam ter as mãos cortadas.

Para dominar o povo nativo, o rei utilizava-se de tortura, assassinato e outros métodos para obrigarem os congolezes abandonarem suas vidas e trabalhar para o

rei. Foi estabelecido um forte comércio controlado, pela família real, por alguns trustes e bancos. Havia a preferência por capital belga. Com a emergência do capitalismo e o interesse do rei em manter bom relacionamento com as potências possibilitou a entrada de capital estrangeiro no Congo e a criação de uma burguesia local.

Vilas inteiras foram extintas, crimes hediondos, crimes contra a humanidade. Foram mais de 10 milhões de congolezes assassinados e esse episódio não foi considerado genocídio. Para fabricação de artigos para pianos e outros bens, houve também a matança de elefantes. Assim o Congo da virada do século conheceu a morte, a fome e a doença, tudo para atender os desejos de um homem e seus parceiros na busca pelo lucro. Apenas em 1975 o Congo conseguiu alcançar novamente os índices populacionais que tivera em 1880, foram cem anos para se recuperar da barbárie.

Em 1908 o Rei Leopoldo transfere sua possessão para a Bélgica, por isso a partir desse ano se chama Congo Belga. A dominação, exploração e violência continuam com o mesmo peso. Poucas empresas podiam explorar os recursos humanos e naturais do Congo. Para atingir seus objetivos comerciais as empresas se utilizavam de todas as possibilidades que tinham acesso. Por fim, em meados de 1911 a população do Congo era de cerca de 8 milhões de pessoas. Naquele país chamado Estado Livre do Congo, os habitantes não eram cidadãos, não havia direito sequer à vida. Em 23 anos de reinado e soberania no Congo, Leopoldo nunca pisou em solo congolês. As riquezas do Congo foram expropriadas por um período de 130 anos, segundo Nzongola-Ntalaja (2004).

O sistema colonial belga seguiu a herança deixada pelo modelo econômico de exploração do rei. Nesse período a Bélgica tinha forte influência da Igreja Católica em seu governo. Os belgas entendiam que o legado do sistema leopoldiano era um ponto interessante para se iniciar o processo de colonização. Assim o processo político foi uma parceria entre a Igreja, o Estado e as grandes empresas, o que Nzongola-Ntalaja (2004) chamou de missão tripla.

4 – CONCLUSÃO

O potencial hidroelétrico do Congo poderia se bem trabalhado, abastecer todo o sul do continente africano. Todo o país é banhado pelo Rio Congo: segundo maior da África; quinto maior do mundo e em potencial hidrelétrico perde apenas para o Rio Amazonas. O Congo é rico em urânio e outros minerais de valor estratégico, contudo, essa riqueza não foi utilizada em favor do povo congolês. Foram beneficiados o Rei Leopoldo, seus parceiros e a comunidade internacional em geral.

O maior país capitalista da contemporaneidade é sem dúvida, os Estados Unidos. Também esse país é considerado o nascedouro das RI. Ainda assim consegue manter o discurso, numa perspectiva neoliberal, de que política e economia estão separadas, quando se utilizam das duas para fortalecer seu domínio sobre os demais países do globo. O uso do discurso ideológico se faz constante na esfera do capital.

Assim, a teoria marxista, aqui representada pelo imperialismo, consegue aprofundar um debate que parece ser negligenciado propositalmente e constantemente. Numa tentativa de clarear como esses conceitos se complementam. Ressalta-se nesse texto que nem o marxismo nem o realismo explicam tudo, talvez mesmo que pareça incoerente podem ser complementares. E se a avaliação for feita do ponto de vista dos marxistas ou do ponto de vista dos realistas o imperialismo se materializou na República Democrática do Congo.

O debate entre realistas e marxistas não ocorreu como um debate propriamente dito, ao menos no período aqui apresentado. Mas o texto teve como objetivo mostrar o papel desempenhado pelo marxismo, que busca definir um modelo ideal de sociedade e a defesa realista que não tem a preocupação social, mas o desejo de segurança e sobrevivência do Estado, portanto um debate entre o interno e o internacional, respectivamente.

O cuidado com os clássicos foi primordial para o desenvolvimento desse trabalho, sabendo que seus escritos representam um determinado período histórico. Contudo, é perfeitamente possível adaptar alguns aspectos para os dias atuais. Os

monopólios vislumbrados e criticados por Lenin permanecem no cenário internacional com todo vigor. A exportação de capitais é uma realidade e relação centro – periferia, nos termos de Amin ou outros contemporâneos marxistas permanecem.

O caso do Congo é revelador de que o imperialismo ocorreu de fato. Com possessões territoriais como deseja o realismo, mas, principalmente com uma violenta extroversão das riquezas de um país. Pelo interesse capitalista milhares de vidas humanas foram massacradas e as riquezas naturais e culturais destruídas. Foi possível observar no caso do país africano a presença dos trustes, conforme preveniu Lenin e ainda a participação dos EUA, Estado imperialista da contemporaneidade. As riquezas do Congo foram fundamentais para os americanos no período da II guerra, conforme Nzongola-Ntalaja (2004).

5 – REFERÊNCIAS:

AMIN, S. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. P. 167 a 221 – 1976.

AMIN, S. Underdevelopment and Dependence in Black Africa – Origins and Contemporary Forms. In: *The Journal of Modern African Studies*: (1972) - p. 503-524.

HALLIDAY, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade – UFRGS – 1999.

HOBBS, T. *O Leviatã*. Rio de Janeiro – 2000.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003 – 6º Ed. – Pag. 17 a 140.

LENIN, V. H. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Editora Parma, 1979. 1º Ed.

MARX, K. ; *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes - 2007.

MORGENTHAU, H. J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília – 2003.

NETO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política – uma introdução crítica*. São Paulo: Ed. Cortez – 2º Ed. – 2007.

NZONGOLA-NTALAJA, G. *The Congo – From Leopold to Kabila: A people's history* – 2004.

WESSELING, H.L. *Dividir para Dominar: A partilha da África de 1880 – 1914*. Rio de Janeiro: Editora Revan/EFRJ. 1998.